

Universidade Federal do Paraná
Setor de Ciências Sociais Aplicadas
Departamento de Economia

Plano de Ensino: Economia do Setor Público (SE620)

2º Semestre de 2025

*Professor Victor Rodrigues de Oliveira**

1 INTRODUÇÃO

A **Economia do Setor Público** é o ramo da ciência econômica que estuda o papel do governo na economia. Seu foco principal é analisar *como o Estado arrecada recursos* (por meio de impostos e outras fontes de receita) e *como os utiliza para promover o bem-estar social*. Tradicionalmente, o campo se concentrava na teoria da tributação e nos gastos públicos, mas seu escopo foi significativamente ampliado ao longo do tempo.

Atualmente, a Economia do Setor Público investiga *como e quando o governo deve intervir nos mercados* para corrigir falhas, como externalidades (efeitos colaterais não precificados), bens públicos (como defesa nacional ou iluminação pública), informações assimétricas (quando uma das partes de uma transação sabe mais que a outra) e monopólios naturais. Além disso, o campo também analisa questões redistributivas, como *a equidade do sistema tributário*, *os impactos distributivos das políticas sociais*, e o desenho de programas de *seguridade social*, como aposentadorias, subsídios e transferências condicionadas.

Um dos objetivos centrais da disciplina é entender *como maximizar o bem-estar da sociedade com os recursos disponíveis*, equilibrando eficiência econômica com justiça distributiva. Para isso, a economia pública lança mão de *modelos formais*, *análises empíricas* e *avaliações de impacto* para orientar a formulação de políticas públicas baseadas em evidências.

Assim, a Economia do Setor Público está no coração das decisões que moldam a vida coletiva — da estrutura do sistema tributário ao financiamento de serviços essenciais como saúde, educação e infraestrutura. Em tempos de crise fiscal, envelhecimento populacional ou desigualdade crescente, seu papel torna-se ainda mais crucial.

A importância dos **modelos formais** e do **uso de dados** na economia do setor público é central para entender, projetar e avaliar políticas públicas de forma rigorosa, transparente e eficaz. É possível destacar essa importância em três dimensões principais:

1. Modelos formais: rigor teórico e clareza causal

Modelos formais — baseados em matemática e lógica econômica — são essenciais porque:

*E-mail: victoroliv.rod@ufpr.br

- ✓ **Permitem estruturação clara de ideias:** ao formalizar hipóteses e mecanismos, os modelos ajudam a esclarecer como políticas públicas (como impostos, subsídios ou transferências) afetam o comportamento de agentes econômicos (famílias, firmas, governos).
- ✓ **Ajudam a prever efeitos de políticas:** modelos permitem simulações: “Se o governo mudar o imposto *X*, qual será o impacto no consumo, na arrecadação ou na desigualdade?” Exemplo: modelos de *otimização com restrições orçamentárias* explicam como consumidores ajustam seu comportamento diante de mudanças em preços ou tributos.
- ✓ **Facilitam comparações entre políticas:** por serem generalizáveis e lógicos, modelos formais tornam possível avaliar custos e benefícios relativos de diferentes políticas.

2. Uso de dados: ancoragem empírica e avaliação de impacto

Dados são fundamentais para testar hipóteses derivadas dos modelos e medir efeitos reais das políticas públicas.

- ✓ **Avaliação de políticas públicas:** usando dados administrativos, censos, pesquisas domiciliares e experimentos (aleatorizados ou naturais), é possível estimar *impactos causais* de políticas.
- ✓ **Diagnóstico de problemas:** dados mostram *onde* estão as falhas: evasão fiscal, baixa arrecadação, má alocação de gastos públicos, desigualdade de acesso, entre outros.
- ✓ **Evidência para decisões:** em vez de basear decisões apenas em intuições ou ideologia, governos podem usar evidências empíricas para desenhar políticas mais eficientes e justas.

3. A interação entre modelos e dados

- ✓ **Modelos sem dados** podem ser elegantes, mas pouco úteis na prática.
- ✓ **Dados sem teoria** podem gerar correlações espúrias ou interpretações equivocadas.

A boa economia do setor público combina ambos:

- Usa **modelos formais** para formular previsões claras e testáveis;
- Usa **dados** para confrontar essas previsões com a realidade e ajustar o modelo ou a política conforme necessário.

2 OBJETIVOS

A disciplina de **Economia do Setor Público** tem como propósito fornecer aos alunos uma formação sólida e crítica sobre a atuação do Estado na economia. Para tanto, ela está estruturada em torno de cinco objetivos centrais, organizados por ordem de prioridade:

1. **Compreensão básica dos problemas e das principais discussões em Economia do Setor Público,** especialmente em relação à provisão de bens públicos, à presença de externalidades e aos mecanismos para lidar com esses desafios. Isso inclui estudar:
 - As razões pelas quais o mercado falha em prover certos bens de forma eficiente ou equitativa;
 - A lógica econômica da intervenção estatal;

- Os fundamentos da tributação e seus efeitos sobre o comportamento dos agentes econômicos e sobre a distribuição de renda e bem-estar na sociedade.
2. **Aprimoramento da capacidade analítica para tratar fenômenos de caráter político-econômico**, com base em uma abordagem *lógica, desapaixonada e científica*. Espera-se que os alunos desenvolvam ferramentas de raciocínio econômico que permitam:
 - Interpretar políticas públicas à luz da teoria econômica;
 - Identificar os incentivos por trás de decisões governamentais;
 - Avaliar criticamente argumentos com viés ideológico ou não fundamentados empiricamente.
 3. **Familiarização com o uso de evidências empíricas como base para argumentação**. O curso enfatiza a importância da análise baseada em dados e em métodos quantitativos, incluindo:
 - A leitura e interpretação de estudos empíricos relevantes;
 - A compreensão de técnicas de avaliação de políticas públicas;
 - A capacidade de construir argumentos bem fundamentados a partir de evidências reais.
 4. **Apresentar o que é, de fato, a economia política contemporânea**, tal como praticada internacionalmente. Isso significa ir além das fronteiras tradicionais entre Economia e Ciência Política e explorar:
 - O estudo das instituições e suas implicações econômicas;
 - A análise do comportamento político com ferramentas econômicas;
 - O papel dos grupos de interesse, dos ciclos políticos e da captura regulatória nas decisões públicas.
 5. **Promover uma reflexão crítica e aberta sobre os grandes temas da política econômica contemporânea**, encorajando os alunos a pensar por conta própria. Essa reflexão abrange:
 - Questões atuais como desigualdade, sustentabilidade fiscal, previdência, saúde, educação e reforma tributária;
 - Debates ideológicos sob uma ótica analítica e respeitosa;
 - A construção de uma postura cidadã informada, com base em conhecimento técnico.

A disciplina não tem como objetivo fornecer um estudo avançado em Economia do Setor Público (mas terá um uso intensivo de cálculo). É esperado que alunos que tiveram desempenho satisfatório em Cálculo, Microeconomia e em Macroeconomia (pré-requisitos) consigam acompanhar a discussão. As evidências empíricas são todas obtidas por meio de econometria e equilíbrio geral, sendo seu conhecimento recomendado.

3 RESULTADOS ESPERADOS

Espera-se que o estudante que participe das aulas ativamente consiga amadurecer sua visão a respeito de contextos sobre as decisões políticas e dos *policymakers*, as oportunidades, problemas e desafios envolvidos em geral.

4 MÉTODO DIDÁTICO

Não há livro obrigatório para o curso. Em vez disso, você lerá artigos acadêmicos para cada tópico e notas de aula. É obrigatório que você faça as leituras antes de vir para a aula. O que você ganha com isso? Uma visão muito profunda e ampla do tema em questão, refletida a partir de múltiplos ângulos. Não discutiremos assuntos triviais aqui – papel do Estado, tributação, política, divisão do estado estão entre os problemas mais urgentes da nossa época. Se você pretende se tornar um cidadão global completo, não pode se dar ao luxo de não compreendê-los em sua totalidade. Esse tipo de compreensão não vem em formato de tópicos resumidos.

Nas aulas expositivas, apresentarei as principais questões e darei orientações sobre o que enfatizar nos seus estudos posteriores. No entanto, o primeiro passo é ler o material. Todo ele. As aulas são planejadas para engajar os alunos. As minhas anotações de aula devem ser utilizadas como guia para estudo adicional.

As aulas serão expositivas com debates e demonstrações de todos os resultados matemáticos. É esperado que o aluno interessado em participar desta disciplina tenha em sala de aula uma postura ativa ou pelo menos curiosa para que o conteúdo do curso seja enriquecedor para suas ideias e visão de mundo. Os alunos da disciplina terão um ambiente de amplo respeito à liberdade de expressão para se colocarem e são convidados a participarem do curso com uma mente aberta para ouvir e dialogar respeitosamente com as mais variadas opiniões e posições. Para cada conteúdo, quando adequado, serão resolvidos listas de exercícios como método de fixação do conteúdo. Todos os slides, notas de aula e exercícios serão disponibilizados no GitHub (https://github.com/VROVICTOR/Economia_Setor_Publico_2025).

5 INTEGRIDADE ACADÊMICA

A desonestidade acadêmica não será tolerada. A penalidade mínima para qualquer caso de desonestidade acadêmica será a atribuição automática de nota zero na prova ou avaliação correspondente. Você poderá ainda ter pontos adicionais subtraídos da sua nota final na disciplina, receber uma reprovação no curso e ser reportado à faculdade para medidas disciplinares adicionais.

6 PROGRAMA DAS AULAS

Aula 1

Introdução

Objetivos de aprendizado: (1) Apresentação do curso; (2) Noções de Economia do Setor Público; (3) Algumas contribuições da área (*window tax*); (4) Importância do mercado (arbitragem); (5) Falhas dos teoremas do bem-estar; (6) As imperfeições na estrutura informacional; (7) Papel do estado.

Aula 2

Bens Públicos

Objetivos de aprendizado: (1) Distinção entre bens privados e bens públicos; (2) Provisão de um bem público, a regra de Samuelson e o comportamento não cooperativo; (3) Descentralização na oferta de um bem público; (4) Planejador onisciente, pseudo-demanda e a normatividade do equilíbrio de Lindahl; (5) Dificuldades do Estado em obter as informações necessárias para tomar decisões;

(6) Problema do *free-rider*; (7) Votação como revelação indireta de preferências; (8) Mecanismos de revelação de preferências; (9) Possibilidade de exclusão: bens de clube.

Aula 3

Ciclos Políticos-Econômicos

Objetivos de aprendizado: (1) Teoria dos ciclos políticos; (2) Expectativas adaptativas; (3) Expectativas racionais; (4) Política fiscal.

Aula 4

Externalidades

Objetivos de aprendizado: (1) Definição e tipos; (2) Consumidor e interações: externalidades de consumo; (3) Externalidades de produção: funções resposta. (4) Recursos de uso comum e os direitos de propriedade. (5) Como resolver as externalidades? (6) Regras, mensagens e incentivos: desenho de mecanismo.

Aula 5

Tributação Ótima

Objetivos de aprendizado: (1) Incidência tributária e formação de preços; (2) Tributação em diferentes estruturas de concorrência; (3) Custo de eficiência da tributação; (4) Perspectiva da eficiência: regra de Ramsey; (5) Perspectiva da redistribuição: Diamond e Mirrlees; (6) Uniformidade vs seletividade; (7) Sacrifício equitativo.

Aula 6

Tributação da Renda

Objetivos de aprendizado: (1) Taxação e oferta de trabalho; (2) Tributação ótima; (3) Tributação e votação.

Aula 7

Tributação do Capital

Objetivos de aprendizado: (1) Taxação e capital; (2) Modelos de taxaço.

Aula 8

Dívida Pública

Objetivos de aprendizado: (1) Definição e conceitos; (2) Evolução e determinantes; (3) Sustentabilidade da dívida pública (testes).

Aula 9

Federalismo Fiscal

Objetivos de aprendizado: (1) Definição e conceitos; (2) Teorias de competição fiscal; (3) Uniformidade; (4) Hipótese de Tiebout; (5) Eficiência versus estabilidade; (6) Federalismo brasileiro.

7 AVALIAÇÃO

- Prova
 - A avaliação será individual e sem consulta.
 - A prova terá como base as notas de aulas, os slides e os artigos indicados para leitura.
 - Data da prova: 04/12/2025
- Trabalho em Grupo
 - Data da entrega: 11/11/2025
- PBL (4 atividades)
 - Primeiro grupo: 02/09/2025
 - Segundo grupo: 23/09/2025
 - Terceiro grupo: 04/11/2025
 - Quarto grupo: 02/12/2025

A média será calculada como segue

- 40% Prova
- 30% Trabalho em Grupo
- 30% Média das 4 avaliações tipo PBL

O exame final será aplicado para aqueles com nota final entre 4,0 e 6,9.

Data do exame final: 16/12/2024

8 LEITURAS OBRIGATÓRIAS

- DeSouza, S. A., Petterini, F. C., & Miro, V. H. (2010). A Tributação nas Vendas de Automóveis no Brasil: Quem Paga a Maior Parte da Conta? *Economia*, 11(3), 559-596.
- Ferraz, C., Fiuza, E. P., & da Motta, R. S. (2001). Medindo os efeitos da regulação ambiental em mercados de oligopólio: o caso da poluição automotiva. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, 31(3): 333-356.
- Fialho, T. M. M. (2022). Ciclos políticos: uma resenha. *Brazilian Journal of Political Economy*, 19, 381-400.
- Florissi, S., & Ribeiro, E. P. (2002). Tributação com sacrifício equitativo: o caso do imposto de renda pessoa física. *Análise econômica*, 20 (37): 175-183.
- Leal, R. A., Ely, R. A., Uhr, J. G. Z., & Uhr, D. D. A. P. (2015). Ciclos econômicos e emissão de CO2 no Brasil: uma análise dinâmica para políticas ambientais ótimas. *Revista Brasileira de Economia*, 69, 53-73.
- Nazareth, M. S., Gurgel, A. C., & Vieira, W. D. C. (2019). Federalismo fiscal market-preserving: uma análise de equilíbrio geral computável para o Brasil. *Estudos Econômicos*, 49, 265-304.

- Oliveira, F. A. D., Nobrega, W. C. L., & Maia, S. F. (2022). Reação fiscal, rigidez orçamentária e a sustentabilidade da dívida pública no Brasil: uma abordagem por meio de MS-VECM. *Estudos Econômicos*, 52, 113-153.
- Paes, N. L., & Bugarin, N. S. (2006). Parâmetros tributários da economia brasileira. *Estudos Econômicos*, 36, 699-720.
- Pintos-Payeras, J. A., & Hoffmann, R. (2009). O Sacrifício Equitativo na Tributação Brasileira. *Economia*, 10(4), 765-788.
- Prado, P. H. M., & da Silva, C. G. (2018). Lei de Wagner, Ilusão Fiscal e Causalidade entre Receitas e Despesas: Uma Análise das Finanças Públicas Brasileiras. *Economia Aplicada*, 22(2), 308-331.
- Sakurai, S. N., & Gremaud, A. P. (2007). Political business cycles: evidências empíricas para os municípios paulistas (1989-2001). *Economia Aplicada*, 11, 27-54.
- Sampaio de Souza, M. C. (1996). Tributação indireta no Brasil: Eficiência versus equidade. *Revista Brasileira de Economia*, 50(1), 3-20.
- Siqueira, R. B. D., Nogueira, J. R. B., Souza, E. S. D., & Carvalho, D. B. (2012). O custo marginal social da tributação indireta no Brasil: identificando direções de reforma. *Economia Aplicada*, 16, 365-380.

Referências

- Almeida, V., Divino, J. A., Gadelha, S. R. d. B., and Maranhão, A. (2017). Alíquotas tributárias efetivas médias para a economia brasileira: uma abordagem macroeconômica. *Revista Brasileira de Economia*, 71:153–175.
- Araujo, F. P. (2019). Imposto sobre grandes fortunas no brasil: arrecadação e concentração de riqueza. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Curso de Ciências Econômicas.
- Arvate, P. and Biderman, C. (2013). *Economia do setor público no Brasil*. Elsevier Brasil.
- Asano, S., Barbosa, A. L. N., and Fiuza, E. P. (2004). Optimal commodity taxes for brazil based on aids preferences. *Revista Brasileira de Economia*, 58(1):5–21.
- Asano, S. and Fukushima, T. (2006). Some empirical evidence on demand system and optimal commodity taxation. *The Japanese Economic Review*, 57:50–68.
- Atkinson, A. B. (1970). On the measurement of inequality. *Journal of Economic Theory*, 2(3):244–263.
- Atkinson, A. B. (2008). More on the measurement of inequality. *Journal of Economic Inequality*, 6(3).
- Atkinson, A. B. and Stiglitz, J. E. (1976). The design of tax structure: direct versus indirect taxation. *Journal of public Economics*, 6(1-2):55–75.
- Barbosa, A. L. N. d. H. and Siqueira, R. B. d. (2001). Imposto ótimo sobre o consumo: resenha da teoria e uma aplicação ao caso brasileiro.
- Carvalho, J. A. M. d. (2010). *O federalismo fiscal brasileiro e o desvio de recursos*. PhD thesis, Universidade de São Paulo.

- Chetty, R., Looney, A., and Kroft, K. (2009). Salience and taxation: Theory and evidence. *American Economic Review*, 99(4):1145–1177.
- de Sousa, M. d. C. S. (1993). Reforma tarifária no brasil: uma abordagem de second best. *Revista Brasileira de Economia*, 47(1):3–32.
- Diamond, P. A. and Mirrlees, J. A. (1971a). Optimal taxation and public production i: Production efficiency. *The American Economic Review*, 61(1):8–27.
- Diamond, P. A. and Mirrlees, J. A. (1971b). Optimal taxation and public production ii: Tax rules. *The American Economic Review*, 61(3):261–278.
- Domingues, E. P. and Haddad, E. A. (2003). Política tributária e re-localização. *Revista Brasileira de Economia*, 57:849–871.
- Ferreira, I. F. and Bugarin, M. S. (2007). Transferências voluntárias e ciclo político-orçamentário no federalismo fiscal brasileiro. *Revista Brasileira de Economia*, 61:271–300.
- Florissi, S. and Ribeiro, E. P. (2002). Tributação com sacrifício equitativo: o caso do imposto de renda pessoa física. *Análise Econômica*, 20(37).
- Freitas, L. C. (2021). Notas sobre a competição fiscal no setor de comunicações e informação. *Revista Brasileira de Economia*, 75(2):1–20.
- Giacomoni, J. (2002). *Orçamento público. 14ª edição*. São Paulo: Editora Atlas.
- Giambiagi, F., Alem, A., and Pinto, S. G. B. (2017). *Finanças públicas*. Elsevier Brasil.
- Gobetti, S. W. (2011). Federalismo fiscal e petróleo no brasil e no mundo.
- Harris, R. G. and Mackinnon, J. G. (1979). Computing optimal tax equilibria. *Journal of Public Economics*, 11(2):197–212.
- Hoffmann, R., Silveira, F. G., and Payeras, J. A. P. (2006). Progressividade e sacrifício equitativo na tributação: o caso do brasil.
- Junior, L. d. S. M., de Oliveira, C. A., and Lagemann, E. (2012). Federalismo fiscal brasileiro: problemas, dilemas e as competências tributárias. *Revista da AMDE*, 9(1):12–59.
- Kline, M. (2013). *Mathematics for the Nonmathematician*. Doves Publication.
- Kume, H., Piani, G., and Miranda, P. (2011). Tarifas de importação e evasão fiscal no brasil. *Economia Aplicada*, 15:65–82.
- Lagemann, E. (2001). Tributação equitativa. *Ensaio FEE*, 22(1):288–306.
- Lagemann, E. (2002). Tributação ecológica. *Ensaio FEE*, 23(1):301–324.
- Lagemann, E. (2004). Tributação ótima. *Ensaio Fee*, 25(2):403–426.
- Levy, H., Nogueira, J. R., Siqueira, R. B. d., Immervoll, H., and O'Donoghue, C. (2010). Simulating the impact of inflation on the progressivity of personal income tax in brazil. *Revista Brasileira de Economia*, 64(4):405–422.
- Marinho, E. and Araujo, J. (2010). Pobreza e o sistema de seguridade social rural no brasil. *Revista Brasileira de Economia*, 64(2):161–174.

- Melo, R. A. d. (2006). Gerenciamento e insustentabilidade da dívida pública no brasil. PUC-Rio.
- Mueller, C. C. (1972). A teoria dos bens públicos e a economia do bem-estar. *Estudos Econômicos*, 2(4):95–112.
- Nakaguma, M. Y. and Bender, S. (2006). A emenda da reeleição e a lei de responsabilidade fiscal: impactos sobre ciclos políticos e performance fiscal dos estados (1986-2002). *Economia Aplicada*, 10(3):377–397.
- Nogueira, J. R. B. and de Siqueira, R. B. (1998). O problema da informação e o estudo da economia do setor público. *Nova Economia*, 8(2):9–34.
- Paes, N. L. and Siqueira, M. L. (2008). Desenvolvimento regional e federalismo fiscal no brasil: em busca da igualdade na distribuição de receitas. *Economia Aplicada*, 12:707–742.
- Payeras, J. A. P. and Hoffmann, R. (2009). O sacrifício equitativo na tributação brasileira. *Revista EconomiA*, 10(4):765–788.
- Pereira, R. A. and Ferreira, P. C. (2008). Efeitos de crescimento e bem-estar da lei de parceria público-privada no brasil. *Revista Brasileira de Economia*, 62:207–219.
- Ramsey, F. P. (1927). A contribution to the theory of taxation. *The Economic Journal*, 37(145):47–61.
- Santana, P. J., Cavalcanti, T. V. d. V., and Paes, N. L. (2012). Impactos de longo prazo de reformas fiscais sobre a economia brasileira. *Revista Brasileira de Economia*, 66:247–269.
- Silveira, F. G., Ferreira, J. d. R., Acioly, L., Calixtre, A. B., Stivali, M., and Santos, M. P. G. d. (2011). Equidade fiscal no brasil: impactos distributivos da tributação e do gasto social.
- Siqueira, M. L. and Ramos, F. S. (2005). A economia da sonegação: teorias e evidências empíricas. *Revista de Economia Contemporânea*, 9:555–581.
- Siqueira, M. L. and Ramos, F. S. (2006). Evasão fiscal do imposto sobre a renda: uma análise do comportamento do contribuinte ante o sistema impositivo brasileiro. *Economia Aplicada*, 10(3):399–424.
- Siqueira, R. B. d., Nogueira, J. R. B., Souza, E. S. d., and Carvalho, D. B. (2012). O custo marginal social da tributação indireta no brasil: identificando direções de reforma. *Economia Aplicada*, 16:365–380.
- Vargas, N. C. (2011). A descentralização e as teorias do federalismo fiscal. *Ensaios FEE*, 32(1):51–76.
- Vasconcelos, R. D. d., Ferreira Júnior, S., and Nogueira Junior, R. P. (2013). A dinâmica da execução orçamentária federal do brasil sob a ótica dos ciclos políticos eleitorais, 1985-2010. *Economia Aplicada*, 17:325–354.